

Acta N.º 20/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 20/2010 DE 21 DE OUTUBRO**

----- Aos vinte e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dez, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Manuel Marques Custódio, Dr. Ana Cristina Ribeiro Santos e Dr. Avantino Loureiro Beleza, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.ª Regina Almeida Ramos. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- INFORMAÇÕES -----**----- a) Orçamento do Estado para 2011. -----**

-----O Sr. Presidente da Câmara referiu o facto da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 ter sido entregue na Assembleia da República, contendo medidas de austeridade gravosas quer para as pessoas quer também para os municípios. Em relação aos municípios prevê-se novo corte nas transferências, sendo este Município também afectado em montante possivelmente superior ao verificado já no ano em curso. -----

----- b) Vistos do Tribunal de Contas. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou que o contrato de empréstimo bancário de médio e longo prazos celebrado em 12.07.2010 (que substituiu o celebrado em 29.12.2008), com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Dão e Alto Vouga, C.R.L., no montante até € 761.133,82, para financiamento complementar das obras de “Construção da Circular Urbana Norte a Vila Nova de Paiva” e “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia sete do corrente mês e registado sob o número 94210. -----

-----Mais informou que o contrato da empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva” celebrado em 09.10.2009 com a firma EMBEIRAL – Construção e Engenharia, S.A., foi também visado pelo Tribunal de Contas no dia catorze do corrente mês e registado sob o número 2.028/09. -----

----- c) Prolongamento/Variante da EN 329. -----

-----Face à suspensão de algumas estradas da responsabilidade do Governo, o Sr. Vereador Manuel Custódio questionou o Sr. Presidente sobre se o Prolongamento/Variante à EN 329, na sequência da ligação Vila Nova de Paiva/Sátão, foi porventura suspenso.

-----O Sr. Presidente informou que, logo no início do mandato, foi solicitada a revisão do projecto, dado o previsto ocupar uma significativa área da Rede Natura. Na sequência de reunião na EP – Estradas de Portugal, foi defendida a solução do projecto inicial de 1995/1996. Foi inclusive apresentado um projecto alternativo elaborado pelos técnicos desta Câmara Municipal e de Moimenta da Beira, com menos intervenção de Rede Natura ocupada e menores custos para o Estado, aguardando no entanto parecer do ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. No parecer entretanto formulado por esta entidade, recentemente recebido nesta Câmara, a mesma concorda que a solução tem menos impacto ambiental, porém refere que seria necessário fazer um estudo do impacto ambiental. -----

-----Mais informou o Sr. Presidente que, face à actual conjuntura, nada lhe foi transmitido sobre qualquer suspensão do referido prolongamento/variante. -----

-----**d) Execução da Circular Urbana Norte a Vila Nova de Paiva.** -----

-----O Sr. Vereador Avantino Beleza, acerca da execução em curso da Circular Urbana Norte a Vila Nova de Paiva, referiu da possível necessidade e conveniência de verificação sobre o modo como estão a ser executados os muros de suporte. O Sr. Presidente informou que os serviços estão atentos à situação. Mais informou que a circular/variante está praticamente concluída, tendo no entanto a firma adjudicatária solicitado uma prorrogação graciosa do prazo de execução da obra. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária do dia 07 de Outubro de 2010**, aprovada e assinada em minuta na referida reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta em epígrafe. -----

----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Construção do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva”** – Adjudicatário: Embeiral – Engenharia e Construção, S.A, de Viseu – Auto de Medição de Trabalhos de Contratuais N.º 3, no valor excluído o IVA de € 14.525,30 (catorze mil quinhentos e vinte e cinco euros e trinta cêntimos) – Informação N.º A-125/2010, de 2010.10.11. -----

Acta N.º 20/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a)** Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada no período compreendido entre o dia 15 e o dia 30 de Setembro de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Maria da Luz Rocha, de Fráguas** – Por requerimento registado em 06 de Outubro de 2010, solicita parecer para a constituição de propriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial de Fráguas, sob o artigo n.º 674, sito ao Lugar de Pombal, em Fráguas. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade dar parecer favorável à constituição de propriedade do prédio em epígrafe. -----

----- **c) Verificação de conformidade de execução de obra com o respectivo projecto aprovado, no Lugar da Cancelinha, em Queiriga – Requerente: Armando Ferreira Amaral** – Informação N.º FM 144/2010, de 04.10.2010 – Processo N.º 5/1978. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do Alvará de construção N.º 36/2009, devendo ser notificado o interessado para efeitos de audiência prévia nos termos legais. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Associação de Solidariedade Social do Alto Paiva (ASSAP), de Vila Nova de Paiva** – Por requerimento registado em 10 de Agosto de 2010, solicita a redução de taxas do licenciamento do edifício destinado a Unidade de Cuidados Continuados, ao abrigo do n.º 6 do art.º 30.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – Parecer Técnico N.º JF-370/2010, de 06.10.2010 da DUA - Processo de obras n.º 36/2009. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade tomar conhecimento do Parecer e autorizar a redução das taxas urbanísticas em oitenta por cento, conforme previsto no n.º 6 do art.º 30 do RMUE em vigor. -----

----- **b) Proposta de parecer prévio para contratação de dois monitores para o Espaço Internet** em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, pelo período de um ano. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 14.10.2010, oportunamente remetida à Vereação, do seguinte teor integral: -----

“ *Considerando que:* -----

1 – A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberações tomadas nas reuniões ordinárias que tiveram lugar nos dias 2 de Setembro e 7 de Outubro de 2010, sob n/

Propostas datadas, respectivamente, de 25 de Agosto e 1 de Outubro de 2010, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, deu Parecer favorável à contratação de (nove) monitores/docentes e um(a) nutricionista, em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, por procedimento de ajuste directo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), contratação essa válida somente para o ano lectivo de 2010/2011, em conformidade com o Calendário Escolar em vigor, para as Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Actividades no âmbito da Educação Pré-Escolar, para os domínios indicados nas referidas Propostas, com o respectivo volume de horas e locais de prestação de serviços, bem como os encargos previstos; -----

2 – O Espaço Internet, sito na Rua Egas Moniz na vila de Vila Nova de Paiva, irá ser integrado na Biblioteca Municipal Aquilino Ribeiro (BMAR), sita no mesmo local, ainda em construção, sendo expectável que decorra, pelo menos, mais um ano, até à sua conclusão e entrada em funcionamento, sendo do interesse público manter em funcionamento aquele Espaço Internet enquanto não for transferido para a referida BMAR, face ao número de utentes que a ele acede; -----

3 – Para as actividades a realizar no Espaço Internet, com funcionamento de segunda a sábado, são necessários dois monitores, não dispondo a Câmara Municipal de trabalhadores que possam ser destacados para o efeito, nem se justificando o recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público; -----

4 – Os monitores do Espaço Internet deverão, de forma autónoma e flexível, terão a tarefa de, nomeadamente, dinamizar e promover as actividades do Espaço Internet junto dos utentes em geral, desencadeando acções de informação e de formação básica em internet, e propor medidas ou formas de actuação tendentes à melhoria da qualidade do Espaço Internet; -----

5 – As disposições dos art.ºs 35.º e 36.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adiante designada de LVCR, na redacção introduzida pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, regulam os contratos de prestação de serviços; -----

6 – Conforme n.º 2 do art.º 35.º da LVCR, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de contratos de tarefa e de avença com pessoas singulares apenas pode ter lugar, quando, cumulativamente: -----

a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público (por tempo indeterminado, determinado ou determinável); -----

Acta N.º 20/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	

c) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços (actualmente regulado no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro); -----

d) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social. -----

7 – No âmbito dos Municípios, de acordo com o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, sem prejuízo dos requisitos referidos nas alíneas c) e d) mencionadas no número anterior, a celebração de contratos de tarefa e de avença depende de prévio parecer favorável da Câmara Municipal relativamente à verificação do requisito referido na supra alínea a) do número anterior, sendo os termos e a tramitação desse parecer regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da Administração Pública, até à data ainda não publicada; -----

8 – Dada a natureza das tarefas a prestar, os monitores do Espaço Internet irão actuar com autonomia profissional, não se encontrando sujeitos à disciplina e à direcção da Câmara Municipal, nem impondo o cumprimento de horário de trabalho, pelo que não se trata de trabalho subordinado; -----

9 – Nestas condições, justificar-se-á a contratação de pessoas singulares em regime de prestação de serviços na modalidade de tarefa, desde que possuidoras dos requisitos habilitacionais e ou profissionais para o efeito e satisfaçam os requisitos previstos na alínea d) do supra n.º 5, em virtude desta Câmara Municipal, como foi já referido, não dispor de trabalhadores em número suficiente para o efeito nem se justificar a constituição de relações jurídicas de emprego público; -----

Face ao exposto, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, que dê Parecer favorável à contratação, em regime de prestação de serviços, na modalidade de tarefa, por procedimento de ajuste directo, ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), de dois prestadores de serviços, para monitoragem do Espaço Internet, pelo período de um ano, prevendo-se o total de 2.160 (duas mil cento e sessenta) horas, a processar desde que efectivamente prestadas, representando um encargo, excluído o IVA se ao mesmo houver lugar, de € 14.100,00 (catorze mil e cem euros.” -----

----- A Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos fez alguns comentários acerca do funcionamento e utilização do Espaço Internet, tendo sugerido a possibilidade de adopção do sistema wireless em determinados locais da vila, por exemplo na Praça do Município. ---

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente.*

----- **b) EP - Estradas de Portugal, S.A.** – Por ofício n.º 73.420 de 06.10.2010, registado em 07.10.2010, apresentam proposta de venda do Viveiro de Queiriga e respectiva Casa de Cantoneiros, local do designado Parque Botânico *Arbutus* do Demo. -----

----- O Sr. Presidente analisou o ofício supra, bem como o Protocolo de Cessão de Exploração do Viveiro da Queiriga e Casa de Cantoneiros, oportunamente remetidos à Vereação, celebrado em 02 de Março de 2004 entre esta Câmara Municipal e o então Instituto das Estradas de Portugal – IEP, homologado na mesma data pelo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, cujo prazo de vigência é de cinco anos, com início na data da sua assinatura, renovando-se automaticamente, por iguais e sucessivos períodos até ao máximo de cinco vezes, ou até que qualquer das partes o denuncie perante a outra por escrito, com a antecedência mínima de seis meses sobre a data da renovação seguinte. -----

----- Em conformidade com aquele protocolo, o designado Viveiro da Queiriga é composto por dois artigos matriciais rústicos com os números 2.334 e 2.339, com área total de 67.500 m2, e à Casa de Cantoneiros, com área total de 875 m2, corresponde o artigo matricial urbano n.º 501, todos pertencentes à matriz predial da Freguesia de Fráguas, deste Município. -----

----- No referido ofício aquela sociedade anónima, que sucedeu ao então IEP, informa que, no âmbito da Gestão do Património do Património Imobiliário da EP, foi deliberado pelo Conselho de Administração proceder à alienação dos activos ociosos à margem da actividade da empresa, pelo que, e no que respeita a imóveis protocolados, foi ainda decidido notificar as respectivas entidades ocupantes, no sentido de lhes ser permitida a alienação directa dos imóveis, pelo valor base constante da avaliação efectuada por empresas externas, sendo o referido Viveiro da Queiriga e Casa dos Cantoneiros avaliados no montante de € 175.400,00 (cento e setenta e cinco mil e quatrocentos euros). -----

----- Mais informam que, nos termos do referido protocolo, este pode ser denunciado a qualquer momento, com a antecedência de seis meses sobre a data da renovação e que, não obstante a denúncia do protocolo, ficariam a aguardar que esta Câmara Municipal informe da decisão sobre a aquisição da totalidade do espaço em causa. -----

----- Em relação ao teor do protocolo a Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos, no que foi na generalidade também manifestado pela Vereação, referiu que o mesmo é péssimo. É leonino. Só foram conferidos direitos às Estradas de Portugal e nenhuns para a Câmara Municipal, o que lesa o Município face aos avultados investimentos e benfeitorias entretanto introduzidas. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após tomada de conhecimento do referido ofício e feitas algumas considerações sobre o assunto, foi deliberado por unanimidade o seguinte: -----

Acta N.º 20/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	

APROVAÇÃO EM MINUTA

ENCERRAMENTO

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e cinquenta e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, e por mim que a secretariei. -----